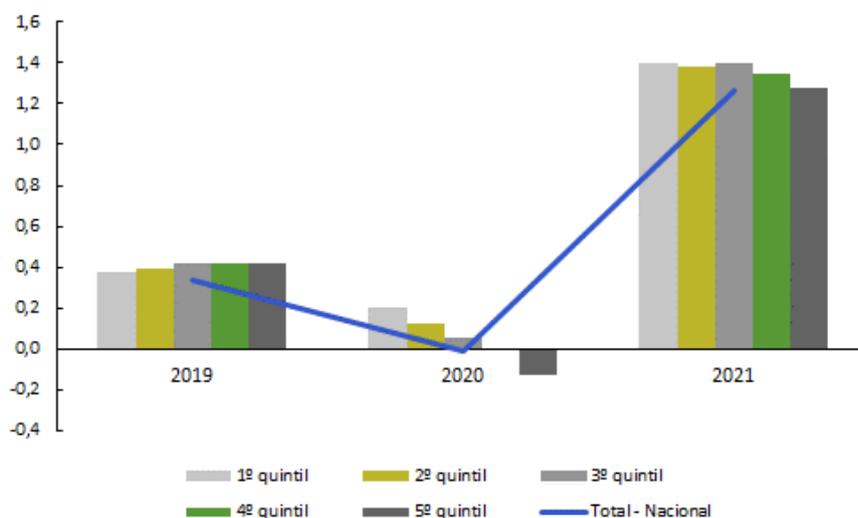


A Pandemia de COVID-19 prejudicou famílias de rendimentos mais baixos¹

Luís Guia²

As famílias de rendimento mais baixo foram as mais penalizadas pela inflação no período de pandemia. Esta conclusão baseia-se numa análise com base nos dados do último Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016, que desagrega a despesa das famílias por quintis de rendimento de acordo com a Classificação do Consumo Individual por Objetivo (COICOP).

Gráfico 1. Inflação por quintis de rendimento
Taxa (%)



Fonte: INE (cálculos GPEARl).

Em 2020, as famílias pertencentes ao primeiro quintil de rendimento sofreram um agravamento médio de 0,2% nos preços dos principais bens consumidos, enquanto a “inflação sentida” pelas famílias do último quintil foi negativa (-0,1%). Já em 2021, todas as classes de rendimento verificaram um agravamento na despesa decorrente do aumento de preços sendo o diferencial da “inflação sentida” entre o primeiro e o último quintil de 0,1%. Esta situação contrasta com a de 2019 em que os grupos de maiores rendimentos foram em geral mais penalizados pela subida de preços.

A penalização dos grupos de menores rendimentos resulta do facto de as maiores subidas nos preços terem ocorrido relativamente aos produtos mais representativos no seu cabaz de consumo ou, inversamente, de as maiores descidas nos preços serem relativas a produtos menos consumidos. Os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”, “vestuário e calçado” e “transportes” são os principais grupos de produtos responsáveis pela diferença na inflação sentida de acordo com a classe de rendimento.

Os preços dos “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” registaram a maior subida anual em termos médios (2,1%), o que contribuiu em 0,5 p.p. para a inflação sentida pelas famílias de menores rendimentos, enquanto que o impacto nas famílias de maiores rendimentos foi apenas de 0,3 p.p.

No caso do “vestuário e calçado”, e dos “transportes”, com menor peso relativo na despesa das famílias nos quintis inferiores de rendimentos, foi a descida de preços (respetivamente -3,4% e -2,1%) que mais

¹ Publicado no [Boletim Trimestral de Economia Portuguesa \(Abril 2022\)](#).

² GPEARl-MF

beneficiou as famílias de classe mais alta (contributos de -0,2 p.p. e -0,4 p.p., respetivamente) comparativamente às de classe mais baixa (-0,1 p.p. e -0,3 p.p.).

Já em 2021, apesar das famílias de rendimento mais baixo continuarem a apresentar inflação mais alta relativamente àquelas de rendimento mais elevado, o diferencial entre os dois grupos decresceu para 0,1 p.p. Nesse ano, a classe “transportes” apresentou a inflação mais elevada (4,4%), afetando essencialmente as famílias de maiores rendimentos, que apresenta maior proporção na despesa destas famílias (originando um contributo de 0,8 p.p. para a inflação deste grupo).

Estes resultados são extremamente penalizadores para os agregados familiares de menores rendimentos, já que por si só, a inflação, mesmo que temporária, penaliza mais estes indivíduos, que não possuem poupanças para suavizar o seu nível de consumo. Por outro lado, as poupanças destas famílias não estão protegidas da inflação, ao contrário dos segmentos mais ricos que entre o seu portfolio contam com obrigações e títulos de dívida indexados à inflação.

Os resultados para Portugal verificaram-se igualmente em países como o Brasil, em que de acordo com dados do IPEA, no decurso do ano de 2020, a variação acumulada da inflação das famílias de rendimento muito baixa foi 3,5 p.p. superior à inflação acumulada do segmento com rendimentos mais elevados. Para além dos gastos com alimentos, contribuiu igualmente a despesa com energia e gás.

A nível europeu, e de acordo com a publicação “Who is suffering most from rising inflation”, presente no centro de reflexão Bruegel, que analisou esta problemática para França, Itália e Bélgica, verificou-se que na Bélgica e em Itália, em 2020, os agregados familiares mais pobres beneficiaram de uma redução de preços da energia em 2020, pelo que a inflação deste grupo foi mais baixa comparativamente com o agregado familiar de maiores rendimentos. Já em França (em que o diferencial de inflação entre os grupos de menores e maiores rendimentos é mais baixo relativamente aos dois países anteriores) não registou este cenário, tendo as famílias de menores rendimentos continuado com inflação mais alta. De acordo com os autores, tal poderá ser justificado pelo facto de as famílias optarem por preços regulados mais rígidos, o que se por um lado permite que não sejam tão afetadas por aumentos de curto prazo do preço da energia, por outro, não beneficiam tanto de reduções de preços.

Quadro 1. Inflação por quintis de rendimento: contributos por grupos em 2020
(%)

	Var (%)	1.º quintil	2.º quintil	3.º quintil	4.º quintil	5.º quintil
01 – Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	2,1	0,5	0,4	0,4	0,4	0,3
02 – Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
03 – Vestuário e calçado	-3,4	-0,1	-0,1	-0,1	-0,2	-0,2
U4 – Habitação, água, eletricidade, gas e outros combustíveis	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
05 – Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	-0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
06 – Saúde	1,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
07 – Transportes	-2,1	-0,3	-0,3	-0,4	-0,4	-0,4
08 – Comunicações	-2,2	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
09 – Lazer, recreação e cultura	-1,9	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
10 – Ensino	-0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11 – Restaurantes e hotéis	1,7	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
12 – Bens e serviços diversos	1,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Total	-	0,2	0,1	0,1	0,0	-0,1

Fonte: INE (cálculos GPEARI).

Quadro 2. Inflação por quintis de rendimento: contributos por grupos em 2021
(%)

	Var (%)	1.º quintil	2.º quintil	3.º quintil	4.º quintil	5.º quintil
01 – Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	0,7	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
02 – Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
03 – Vestuário e calçado	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
04 – Habitação, água, eletricidade, gas e outros combustíveis	1,6	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2
05 – Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
06 – Saúde	2,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
07 – Transportes	4,4	0,6	0,7	0,8	0,8	0,8
08 – Comunicações	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
09 – Lazer, recreação e cultura	1,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
10 – Ensino	-0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11 – Restaurantes e hotéis	-0,8	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
12 – Bens e serviços diversos	1,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Total	-	1,4	1,4	1,3	1,4	1,3

Fonte: INE (cálculos GPEARl).